

Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935)

Edilza Joana Oliveira Fontes

Edilza Joana Oliveira Fontes

é professora associada da Faculdade de História, do Programa de Pós-graduação de Ciência Política da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: edilzafontes@yahoo.com.br

Resumo

O artigo pretende analisar a cultura política dos anos trinta no Brasil, a partir do uso das memórias do interventor Magalhães Barata, militar que participou de vários movimentos como o Tenentista e o Movimento de 30. Em 1935, não teve sua candidatura ao governo do estado do Pará referendada pelos deputados eleitos do seu partido. O Partido Liberal fez 22 dos 31 deputados estaduais que elegeriam indiretamente o governador, houve uma dissidência. O artigo trabalha com as memórias do interventor Magalhães Barata e com o período de 1930 a 1935, buscando analisar a partir de um estado periférico, e de uma conjuntura local, como se estabeleceu o diálogo com a conjuntura nacional e internacional e com a cultura política da época.

Palavras-chave

cultura política, estado forte, tenentismo, memória, interventor.

Abstract

The article analyzes the political culture of the 1930s in Brazil from the point of view of the remembrances of Magalhães Barata, a military interventor who participated in various movements led by army lieutenants in the 1930s (1930 and in 1935). The article deals as well with the memories of political contemporaries of Barata, demonstrating how the political culture of this peripheral region related to the political events unfolding in the Brazilian national arena.

Keywords

political culture, strong state, lieutenants, memory, interventor

O jornal Diário do Estado, publicado no dia 06 de abril de 1935, traz estampado na primeira página: “MENSAGEM apresentada à assembleia constituinte do estado pelo exmo. Sr. major Magalhães Barata, interventor federal do Estado do Pará”, na qual o interventor faz uma avaliação do momento político do Brasil e do Pará em 1935. O interventor vivia uma crise política dentro do bloco que fez a revolução de 1930 no Pará e que compartilhou com ele o governo e o poder. O major Magalhães Barata foi indicado para interventoria pelos aliados civis e militares em 1930, que junto com ele planejaram o Movimento de 1930 no Pará. Em 1935, este bloco político se rompe e ocorre a não eleição do interventor para o governo constitucional do Estado.

O major Magalhães Barata enfrentava problemas após as eleições de outubro de 1934, quando elegeu a maioria dos deputados estaduais, 22 de uma totalidade de 31, através do Partido Liberal, que foi organizado pelo bloco vencedor em 1930. O PL foi pensado para dar sustentação política ao interventor e para concorrer às eleições de 1934, já que os tenentes não conseguiram fazer um partido nacional. Em abril de 1935, o interventor não conseguiu ser indicado indiretamente para governo do estado do Pará e abre-se uma crise política, que leva ao fim a primeira interventoria de Magalhães Barata no Pará¹.

Quando o ainda interventor recorre às páginas do Diário do Pará para fazer um balanço de sua trajetória política no estado, vinculando-a ao movimento tenentista, faz também uma avaliação de sua interventoria, e acaba por expressar uma cultura política da época, que podemos dizer que estava em formação e que já simbolizava parte do pensamento depois consolidado pelo Estado Novo. Analisar a memória do interventor Magalhães Barata como expressão de uma cultura e de uma forma de fazer política, vinculada a uma parcela dos tenentes de 1930, é o objetivo deste artigo. Pretendemos analisar, a partir de uma área fora dos centros urbanos da região Centro-Sul, as ideias de uma cultura política que será consolidada no Estado Novo e que já estão presentes nos embates de 1935. Trabalharemos basicamente as memórias do interventor do Pará, o major Magalhães Barata, as notícias de jornais da época e as memórias de outros revolucionários de 1930 no estado. Procuramos contrapor as memórias do interventor às de outros envolvidos

nos episódios, mas o foco é a memória do interventor por trazer uma leitura do passado histórico do Brasil e por dialogar com as ideias políticas do início dos anos trinta, principalmente no que diz respeito à concepção de Estado, ao papel dos militares, dos tenentes, dos partidos, às noções de nacionalidade, revolução e democracia.

133

O major Magalhães Barata fez os estudos na escola militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Serviu como segundo tenente no 47º batalhão no Pará. Serviu também, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde estabeleceu vínculos com o movimento tenentista, travando relações com importantes tenentes como Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Siqueira Campos, Landry Salles, Juaracy Magalhães, etc. Fez parte das manifestações militares de 1922 e 1924, e foi preso em Manaus² por participar do movimento de 1924. Foge para o Rio Grande do Sul. Anistiado, volta ao exército e chega à Belém clandestinamente para articular o movimento militar de 1930. É preso pelas forças policiais estaduais do governo Eurico Valle, quando estava escondido em um hospital para doentes mentais, o Hospital Juliano Moreira. É levado preso para o Rio de Janeiro, de onde foge rumo ao Espírito Santo para articular a revolução de 1930. Quando o movimento é vitorioso, apesar de derrotado no Pará³, é indicado para interventor e é nomeado major em 1931.

Para entendermos o momento da produção das memórias do interventor é necessário analisar a crise política instalada em abril de 1935, no Pará. A constituinte de 1934 terminou com o sistema de interventoria, estabelecido por Getúlio Vargas, em 1930. Em 1935, já eram poucos os militares interventores⁴. No Pará, o interventor Magalhães Barata disputou as eleições para o governo. A constituinte de 1934 estabelecia que seis meses depois, em abril de 1935, os deputados eleitos em 1934, deveriam, em sessão da assembleia estadual, devidamente convocada pelo seu presidente e pela mesa diretora, eleger o governador do estado e os dois senadores de forma indireta, por maioria simples. O Partido Liberal foi amplamente vitorioso, nas eleições de 1934, no Pará, mas houve uma dissidência na bancada e sete dos eleitos se aliaram à Frente Única Paraense (FUP) de oposição ao interventor Barata, chefiada pelo dono da Folha do Norte, o jornalista Paulo Maranhão⁵ e não votaram no interventor para governador⁶. A FUP elegeu nove deputados, que somados aos sete dissidentes do PL, fizeram maioria na Assembleia Estadual.

O acordo feito entre os dissidentes e a Frente Única Paraense foi de eleger Mario Chermont⁷, irmão de Abel Chermont, presidente do PL, para governador do estado. Abel seria eleito senador e a outra vaga do senado seria de Abelardo Conduru⁸. O porquê desta reviravolta? A conjuntura política de Abril de 1935 é o ponto de onde partimos para debatermos as relações de poder estabelecidas em torno do interventor. Segundo os dissidentes, foi o major Barata que provocou o rompimento, quando fez pressões sobre os deputados federais eleitos pelo PL para que eles abrissem mão dos seus mandatos, a fim de que seu irmão, Mario Barata⁹, que ficou na suplência, assumisse. Tiroteios, casas atingidas, mortes, usos de armas, raptos, manifestações de ruas e assassinatos fizeram parte de uma conjuntura política que provocou uma crise de governo no Pará¹⁰.

O interventor Barata não aceitou o fato de seu irmão não ser eleito e percebeu que houve uma manobra política dentro do próprio PL para não elegê-lo, na medida em que vários votos, em várias regiões do estado apareceram com o nome de Mario Barata riscado do seu lugar nas cédulas de votação, colocando-o para os últimos lugares¹¹. Podemos perceber que os líderes do PL, como Abel Chermont, não queriam a eleição do irmão do interventor, com receio de que ele viesse a ser o próximo governador, depois de Barata, já que a constituinte de 1934 impedia a reeleição para governador e presidente. Abel Chermont também não aceitou fazer parte de um novo pacto político com o interventor.

Para ele, o período do governo provisório havia se esgotado e ele pretendia fazer política através do PL, sem a tutela do interventor.

134

O PL demonstrou que já estava dividido e o projeto de poder de Barata já vinha chocando-se com o de Abel e Mario Chermont. Até mesmo na hora de compor as chapas para eleições da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa¹² as indicações dos nomes não foram consensuais. Para Ernestino Souza¹³, havia duas correntes no PL em 1934, a Abelista e a Baratista. Os Abelistas não queriam o surgimento do Baratismo e criticavam Aníbal Duarte, genro de Barata, pela criação das concentrações populares¹⁴, grupo de apoio às ações do interventor. Os Abelistas foram convencidos, pelos deputados da FUP, de que os Baratistas tinham programado golpes contra eles. O primeiro deles seria derrotar para líder da bancada estadual Ernestino Souza Filho, deputado estadual eleito pelo PL e homem de confiança do presidente do PL, Abel Chermont. Outro golpe seria não eleger Abel Chermont e Mario Chermont para senadores, que seriam substituídos por deputados vinculados a Barata, os senhores Mario Barata e Apio Medrado¹⁵, e também seria imposta a candidatura Pires Camargo¹⁶ à presidência da constituinte estadual.

O interventor elegeu o presidente da Assembleia, o líder da bancada e a presidência da constituinte estadual, disputando suas indicações com as de Abel no interior da bancada. Esses fatos fizeram com que os Abelistas acreditassem que seriam rifados pelos seguidores de Barata. Na bancada eleita, Abel Chermont e Mario Chermont lideraram os deputados, que romperam com o PL e aliaram-se à oposição. A crise foi instalada e o presidente Getúlio Vargas foi chamado para mediar as negociações e terminar com a crise. O presidente da república Getúlio Vargas, no dia 04 de abril de 1935, faz a seguinte afirmação no seu diário:

O fato de maior sensação ontem no cenário político ocorreu no Pará. Elementos que apoiavam o interventor Barata, do grupo Chermont aliaram ao grupo adversário, formando a maioria da assembleia estadual, num bloco de 16 deputados. O interventor Barata julgasse traído, comunicou-me o fato, assegurando que manteria a ordem e passaria pessoalmente o governo ao seu assessor, os deputados oposicionistas refugiados no quartel general da região, telegrafaram-me pedindo garantias e solicitaram-me *habeas-corpus*. Este foi concedido, mas, no intervalo decorrido, reuniram-se os partidários do major Barata em número de 13 deputados acrescido de três suplentes, e elegeram-no governador do Pará, tomando posse em seguida e fazendo as necessárias comunicações. Esta esboçada um duplicata de governo¹⁷.

No dia 05 de abril de 1935, o presidente Vargas volta a escrever:

O caso do Pará tomou uma feição violenta, os deputados de oposição, em número de 16, garantidos por um *habeas-corpus*, dirigiram-se a assembleia, guardados pela guarda federal, quando foram atacados pela guarda do interventor¹⁸. Travaram-se conflitos, houve mortes e ferimentos. Entre os feridos três dos deputados estaduais. Não pode haver número para a seção e os deputados regressaram ao exílio do comando da região militar.

(...) recebi o telegrama do presidente do Superior Tribunal Eleitoral, comunicando que o mesmo decidira pela a intervenção do estado do Pará e pedia-me que nomeasse um interventor (...) resolvi imediatamente atender ao pedido do tribunal, e mandei chamar o major Carneiro de Mendonça a fim de convidá-lo para interventor, e, antes que ele chegasse, ditava ao ministro da justiça os telegramas ao major Barata e ao major Portela comandante da região, comunicando as decisões. (...) recebi o major Carneiro de Mendonça, a quem expliquei a situação e convidei para o cargo. De começo relutou um pouco, mas, antes o meu apelo à necessidade que tinha dos seus serviços, aceitou. Foi assinado o decreto de nomeação (...)¹⁸

Os relatos nos jornais e as narrativas dos envolvidos ampliam bastante o número de populares envolvidos nos conflitos. Os deputados dissidentes foram atacados nas ruas quando se dirigiam para a sessão da assembleia e, impossibilitados de chegar, voltaram para o quartel general, onde estavam desde o dia 5 de abril com medo de atentados e raptos a mando do interventor¹⁹. No mesmo dia 6 de abril de 1935, durante toda tarde e parte da noite, vários comícios e manifestações a favor de Magalhães Barata foram organizadas por toda Belém²⁰. Houve uma grande concentração em frente à residência do major Barata. Ele agradeceu as homenagens e declarou que “continuará com o povo, com quem havia trabalhado e sofrido”²¹.

A mensagem publicada no Diário do Estado é um documento importante para a análise da história dos anos trinta no Pará. A “Mensagem” assinada por Barata é a memória que ele produziu sobre sua primeira interventoria e sobre o momento político do país. Uma memória que tem um sentido histórico. O interventor chama para si a função de apresentar à sociedade uma narrativa sobre o processo em curso e o faz com a certeza de poder intervir na história do seu tempo. Ele usa o passado no seu presente, fazendo desse uso um instrumento na disputa política local. O ato de rememorar e publicar uma narrativa, tendo um passado imediato como palco, é muito importante para a análise do período. O tempo da memória construída tem um objetivo, também imediato, de tentar ver sua indicação para o governo do Estado, aceita pelo presidente da república Getúlio Vargas, que no seu entendimento, também é um revolucionário como ele.

Os acontecimentos de 1935, nestes depoimentos, são referências de memórias construídas. Essas memórias são objetos da memória e da história²², as narrativas que apresentam o jogo político de projetos de poder diferenciados para o estado do Pará. A narrativa do major Magalhães Barata e de seus contemporâneos foram construídas carregadas de significados.

Ao analisarmos as memórias construídas²³ podemos perceber uma cultura política²⁴ bem definida para o início dos anos trinta no Pará, que dialoga com uma cultura política da época e com as práticas políticas do período e que fez do estado um palco de várias ações onde os projetos de reconstitucionalização do país sofreram várias resistências.

A mensagem do major Magalhães Barata começa por agradecimentos ao exército nacional. Ele define que sua formação e a sua própria vida estão presas na caserna, onde “agasalhou” a sua juventude e a sua mocidade e onde recebeu a educação dos regulamentos militares. Segundo ele, o seu caráter e sua disciplina foram formados pelo exército. Foi lá que ele “desenvolveu e consolidou os sentimentos de probidade, desprendimento, lealdade e franqueza”²⁵. O interventor se apresenta como um participante dos movimentos militares dos anos vinte e trinta, um tenente. Coloca-se como um homem do exército brasileiro com participação na política. Ao definir o seu perfil, percebe-se como produto do “filtro admirável da dignidade nacional”, o exército.

No momento de construção da sua memória, Barata avalia-se apunhalado pelas costas. Apresenta-se desiludido com a política, enojado e por vezes levado a voltar para o “seu quartel”, visto como o espaço da sinceridade, da franqueza, do patriotismo e do desinteresse. Há um balanço depreciativo do mundo dos civis. O major Barata afirmava que sua missão como revolucionário era conservar-se nesse meio em obediência à revolução, por amor à pátria e por fidelidade aos seus ideais. Ele deveria mudar o ambiente da política e a formação que recebeu no exército seria o escudo para lutar contra os maus políticos.

Podemos perceber que ele tem uma visão do processo histórico em curso como uma luta entre os revolucionários militares contra os representantes das oligarquias locais e seus aliados, que são os traidores dos ideários da revolução de trinta. As memórias do interventor são ações que

136

remetem às questões específicas, relacionadas aos ideais e objetivos que moveram a jovem oficialidade na década de 1920 e no início da de 1930, e às questões gerais, relacionadas ao papel das forças armadas, em específico do Exército, na política brasileira. (Pandolfi, 2007: 36).

Para o major Magalhães Barata, três fatos capitais perturbaram o desenvolvimento e a marcha normal do ciclo revolucionário brasileiro: a corrente política, a junta pacificadora e a reconstitucionalização. O major Barata admite que o pouco tempo transcorrido entre “o processo da revolução de trinta”²⁶ e o momento em que fala, no ano de 1935, não o ajudam a fazer uma análise profunda deste processo, mas afirma que o fará mesmo que de relance, para expor suas opiniões sobre o processo ainda em curso.

O major Magalhães Barata faz menção ao livro publicado por Virgílio Santa Rosa (Rosa, 1933) e também ao livro de Oliveira Viana (Viana, 1927: 46). Demonstra estar atento às publicações sobre o tenentismo, pois o livro de Santa Rosa teria sido a primeira abordagem mais geral sobre o movimento tenentista. Em suas memórias o major se coloca como representante dos setores das classes médias urbanas, dialogando com Santa Rosa, para quem os tenentes seriam as expressões políticas na revolução de 30 desses segmentos da população.

Hoje podemos pensar o tenentismo como movimento e como ideologia. Virgílio Santa Rosa em seu livro “A Desordem”, de 1932, e em “Os sentidos do tenentismo”, de 1933, transformou o termo em conceito sociológico. A determinação da origem social dos militares revoltosos (Santa Rosa, 1976: 89) leva Santa Rosa a concluir que os tenentes eram a vanguarda das classes médias do período²⁷. O debate é antigo na historiografia e há outras interpretações sobre o tenentismo. Temos as análises que avaliam o movimento como representante da formação da instituição. No caso, o exército seria representante de uma parcela dos militares (Borges, 2000: 171). Boris Fausto os analisa como representantes do exército, que guarda certa autonomia em relação à sociedade. Para o autor, os tenentes representavam o exército nas suas ações, nas suas justificativas e a relação tenentismo e exército é o foco principal de sua ideologia (Fausto, 2002: 56). Essa interpretação dialoga com os trabalhos sobre as forças armadas como uma instituição “como estrutura fundadora do ser militar” (Coelho, 1985: 19), uma preocupação “em resgate à instituição militar como objeto legítimo de análise por si mesmo” (Ibidem: 16). Outra análise historiográfica é de José Murilo de Carvalho, que destaca duas ordens de fatores que fortaleceram o espírito de corpo: a institucionalização do exército e a ação política dos militares (Carvalho, 1985:88). Para ele, os tenentes seriam agentes do processo de institucionalização do exército. As ações dos tenentes foram analisadas como parte da constituição da intervenção militar, tendo sido primeiramente uma intervenção contestatória e depois uma intervenção controladora entre 1930 a 1937. Essa postura dos tenentes explicaria suas ações no período, que buscavam programar a política do exército no Estado brasileiro.

José Maria Bello analisa que “militares e civis tinham motivações diferentes, mas ocasionalmente se uniam” (Bello, 1964: 68). Nessas uniões as questões dos militares se sobressaem em relação às suas vinculações como setores sociais e a formação dos militares é sempre evidenciada (Bello, 1964: 67). O interventor Magalhães Barata também fala disso, sempre ressaltando seu dever profissional e sua missão social (Bello, 1964:

67). Para Forjaz, “é liberal-democrático, mas há uma tendência autoritária, busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo, pretendendo ampliar a representatividade do Estado, mas mantém uma perspectiva elitista, (...) se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade” (Forjaz, 1979: 353).

137

O diálogo com Oliveira Viana aparece quando o interventor concorda com suas ideias em relação à necessidade de um Estado forte e autoritário, tendo em vista a “liberdade” da sociedade brasileira. Barata defende o Estado como um instrumento para constituição da nacionalidade, dado o estágio de dispersão e enfraquecimento do povo brasileiro. Nesse sentido, Barata é adepto das posições defendidas por Oliveira Viana. Sabemos que as ideias do autor tiveram impacto quando foram difundidas e as memórias do interventor demonstram as influências dos estudos de Oliveira Viana, principalmente no que diz respeito a um tipo de autoritarismo instrumental, no qual as instituições do Estado autoritário são compreendidas como “meios” ou instrumentos para a realização de determinados fins e são, portanto, transitórios (Viana, 1933: 77). Essas ideias estão presentes na atmosfera política do início dos anos trinta, exatamente o período de disputa pelo governo provisório, quando os tenentes dos anos vinte vão perdendo espaço nos cargos do governo federal.

Nesse período havia diferentes modalidades do pensamento autoritário, uma delas defendia que o sistema político autoritário era apenas um meio para se chegar a uma sociedade liberal. Tal modelo seria uma resposta aos desafios políticos, sociais e econômicos após a revolução de trinta. A base da explicação para a ineficácia do sistema político liberal da república liberal no Brasil é apresentada por Oliveira Viana como resultado da inexistência de uma sociedade liberal. Para criar a nação e as condições da sociedade liberal era necessário um Estado forte, centralizado e autoritário. Segundo Oliveira Viana, havia um “país legal” e um “país real” (Viana, 1933: 8) e ele usou essa fórmula melhor do que ninguém como instrumento cognitivo para o diagnóstico do Brasil.

Há nas memórias do interventor defesas de posições fascistas²⁸, nacionalistas e autoritárias. O autoritarismo defendido pelo interventor Barata é pautado pelas posições de Oliveira Viana em relação ao autoritarismo instrumental. Barata defende o uso de instrumentos tais como os clubes de resistências²⁹ – organizações necessárias para defesa das políticas do Estado autoritário –, e também dos partidos e das organizações civis para defesa da revolução de 1930. Para ele, a grande revolução ainda não havia ocorrido no Brasil. O interventor defendia uma ditadura prolongada para o país, que “nos traria o fator tempo”³⁰, necessário para fazer integralmente a grande revolução. Nesse sentido, o pensamento de Barata busca apoio nas posições de Oliveira Viana para defender os revolucionários de trinta e a posição dos tenentes.

Para o interventor, só quem estaria a salvo da perdição seriam os militares e, dentre eles, os revolucionários, que por força da formação diferenciada e das suas experiências e conhecimentos adquiridos nas suas campanhas militares e políticas – como as marchas da coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes –, alcançaram conhecimento para governar. Para ele, a reconstitucionalização havia sido imatura, orientada pelo liberalismo romântico das correntes políticas. O espírito do Brasil novo ficou por nascer, mas, como militar que era, jurou obedecer à lei, como o fizera outrora, quando atuou como fervoroso soldado da missão.

A democracia que defende, e pela qual estava pronto a pegar em armas, é uma democracia dirigida pelos militares revolucionários para implantar um Estado centralizado e forte. O Estado é pensado como o cérebro da nação que regula e controla os movimentos e o papel

de cada órgão (Viana, 1927:55). O interventor sente-se responsável pelos setores mais pobres do povo brasileiro e quer representá-los. Há uma defesa dos trabalhadores e de seus direitos. Para o interventor, os trabalhadores deveriam ter uma vida mais digna, mas ao mesmo tempo ele julgava o povo brasileiro incapaz de dirigir a nação, ou melhor, de construí-la, sem a condução de um governo militar revolucionário. Regimes autoritários e estados fortes eram apontados como saídas para crise do Estado liberal e a constituinte de 1934 parecia, aos olhos de Barata, um retrocesso.

138

Este artigo tenta analisar e demonstrar como estes debates se efetivaram no Pará e como as disputas locais dialogaram com o momento político nacional e internacional. A análise da conjuntura local permite conhecer mais ainda as relações políticas, e como o poder local, aqui caracterizado como poder relacional³¹, foi disputado mesmo dentro dos marcos legais definidos pela constituinte de 1935. É perceptível que tal constituinte, desde a sua promulgação, já fora contestada pelos interventores e pelo próprio presidente Getúlio Vargas, mas devido à conjuntura política teve que ser obedecida.

Nos anos trinta, parecia que a luta política havia tomado os recursos das armas, confirmando mais uma tradição da política republicana no Brasil, a dos movimentos armados³². As disputas pelo poder local, e pelo aparato do Estado, fizeram com que as eleições de 1935 para o governo do Pará se transformassem em crise política.

Nas memórias do interventor, há o registro das lutas no Pará relacionadas às lutas nacionais de um grupo militar revolucionário, os tenentes. Nessas memórias a revolução é apresentada como pauta política, defender a revolução era credencial no debate político e nas relações com o governo federal. Era, inclusive, critério para compor a chapa de candidatos do PL e para reivindicações de fidelidade frente ao presidente Vargas. Esta é uma característica da cultura política da época que no Brasil, e no mundo, apresentou-se durante a crise do Estado liberal. As revoluções eram o debate principal daquele momento e os modelos de Estado eram base para ações políticas dos vários setores sociais. No Pará, esses enfrentamentos serviram de argumentos para explicar a conjuntura local e para justificar práticas políticas de grupos sociais em disputa pelo controle do aparelho de Estado.

O major Barata defendeu a intervenção na política pelos militares, como uma reação à anarquia republicana que imperava no Brasil. Outro elemento dessa cultura política dos anos trinta é a defesa de um papel relevante, dirigente e condutor para os militares na sociedade brasileira. Ele se reporta ao movimento civilista³³, estabelecendo a relação dos militares que participaram deste movimento com os militares dos movimentos de 1922 e 1930. O major afirma a influência que a “revolução brasileira de 30” teve nas organizações partidárias, que em certo sentido, desviaram-lhe o curso. Reflete também que o movimento de 22, chamado de “reação republicana”, acelerou o desenvolvimento de uma ideia de revolução. Houve também, no entendimento do interventor, uma mudança de rumo, principalmente a partir de 1932, com o decreto do código eleitoral, o qual teria conduzido a revolução a consequências quase nulas, pelo muito pouco que se conseguiu. Na sua narrativa, o interventor escolhe seus inimigos para explicar os conflitos do passado histórico rememorado.

Para ele, os militares encararam a situação de desgoverno no Brasil, e colocaram-se acima das corporações e dos partidos, acima mesmo do espírito de classes do exército, que já era muito consolidado, nítido e profundo e situaram acima deles a situação geral do Brasil³⁴. O major Magalhães Barata cita Luiz Carlos Prestes como um dos exemplos dessa postura e reflete sobre o fato de os revolucionários de 30 terem negado adesão a Prestes.

Ele reafirma os profundos vínculos com a realidade brasileira, e em nome dela, segundo ele, é que se pode repelir e condenar a opção de Prestes “pelas doutrinas de um sistema estéril que era o materialismo histórico de Marx”³⁵, que em suas memórias ele apresentou como algo “tão contrário à índole e às tradições do nosso país”³⁶. Para ele, a revolução de 30 deveria enfrentar as grandes questões que envolviam o mundo inteiro, dentro de um esclarecido nacionalismo brasileiro e inserido em um plano acima das correntes partidárias e além dos interesses de classes. Esse era, em síntese, o pensamento dos militares revolucionários dos anos 1920 que fizeram a revolução de 30, segundo o major Magalhães Barata.

O interventor trabalha dentro de uma cultura histórica que delimita um espaço de representação da nacionalidade, que tem na leitura a valorização do “passado” sua chave mestra (Gomes, 2007: 54). Na narrativa do interventor percebemos uma determinada leitura do passado, na qual o interventor se inclui entre os nacionalistas, e exclui Luís Carlos Prestes desta identidade. O conceito de cultura histórica é passível de ser usado, na análise das memórias do interventor, na medida em que possibilita caracterizar “a relação que a sociedade mantém com o seu passado” (Gomes, 2007: 65). É perceptível a leitura de um passado que mistifica as pretensões dos tenentes perante o governo federal e que os legitima como conhecedores da realidade brasileira, reunidos para dirigir o país e construir uma nação.

O interventor Magalhães Barata acredita que os militares, ao percorrerem o território nacional de guarnição, de cidade em cidade, nos sertões, nas capitais, nos grandes conglomerados urbanos; ora no extremo norte, ora no extremo sul; ora na orla da fronteira, ora no centro do Brasil, forneceram assistência social às classes pobres e humildes, o que não havia sido feito até então pelos governos.

Diante dessa situação, segundo as memórias do interventor, os militares revolucionários, sonhando e querendo melhores dias para o povo, buscando o nacionalismo, usando as suas qualidades fundamentais de bondade, inteligência, bravura e delicadeza, fizeram a revolução de trinta, que venceu porque “havia um descontentamento na sociedade, uma profunda anarquia psicológica, uma aversão repugnante à politicagem que permitiu a vitória de outubro”. A luta política do período fez com que militares tenentistas e seus aliados se organizassem, forjassem alianças e disputassem nas ruas a liderança de um processo histórico que veio provocar mudança. Mudança esta que se apresentou na forma de intervenção nos estados, estabelecendo uma nova conjuntura – inclusive partidária – com a formação, em 1933, de partidos regionais e estaduais.

As interventorias instaladas em 1930 acabaram com os antigos partidos e os revolucionários de 30 não criaram partidos nacionais. Barata deixa transparecer que os militares devem se fixar na política, fazendo política fora dos quartéis ou fazendo a política dos militares, do exército, nos governos. Há, em seu discurso, um desprezo pelas leis, pelas regras e pelos espaços institucionais. Revolução, militares dirigentes, Estado forte, desprezo aos partidos, e noção depreciativa do povo brasileiro e de sua capacidade de dirigir o país fazem parte dessa cultura política, que nos anos trinta é colocada à prova nas eleições de 1935, no Pará. Observa-se uma cultura política em construção que enfrenta disputas políticas locais, onde vários grupos querem o controle do aparelho do Estado para consolidar-se e efetivar suas práticas.

O interventor Barata fez avaliações sobre a constituinte de 34, em Abril de 1935. Ele dizia que a constituinte de 34 estava calcada em erros ainda do liberalismo e procurou lembrar

que o ideário do movimento de 30 continuava representado nele, que seus opositores eram traidores da revolução e que:

140

não tinham um programa, dado o ímpeto revolucionário e as explosões de ânimos que importam às revoluções. (...) nas trevas dos males que nos rodeavam e ainda hoje rodeiam, dois alvos nortearam os passos dos revolucionários de 30: a politicalha que envolvia a administração pública e as ideias extremistas que ameaçam toldar o céu do Brasil.

Para o interventor, a junta pacificadora foi um elemento que enfraqueceu a política dos militares revolucionários ao fazer concessões aos políticos oligarcas. Para ele, a junta pacificadora pode ser “vista como fruto do sentimento mórbido do nosso povo, da indolência comodista que evita o sacrifício e o prolongamento dos sofrimentos”³⁷. Os pacificadores teriam honrado as tradições do nosso liberalismo, contornando o mal necessário, mas abriram sangria maior, arrebanhando os militares desgostosos com a nova ordem das coisas, e arquitetaram as revoltas. Para o interventor, da junta pacificadora decorreram alguns males, dentre eles, ter travado o curso normal da crise revolucionária, ter incentivado e facilitado a guerra de São Paulo, bem como ter revivido a guerra separatista e trazido compromissos inesperados para a revolução.

O interventor critica as alianças eleitorais feitas pelos militares revolucionários com políticos das oligarquias locais para as eleições de 34, “cujo domínio desejava evitar, para que não se fizessem as famosas obras de fachadas”³⁸. Para o major Magalhães Barata, a revolução era um fracasso. No seu entendimento, não se teve tempo de modificar a mentalidade do país, que precisaria passar por uma reeducação de hábitos do povo, a qual deveria ser coordenada e dirigida pelos militares. Para o interventor, os militares, eram os mais preparados para comandar esta construção e não estavam envolvidos com as disputas locais das oligarquias rurais, que levaram o país à anarquia social e à corrupção nas instituições. Novamente observamos a concordância com o pensamento de Oliveira Viana, agora referente ao perfil do povo brasileiro e à falta de organicidade da sociedade civil (Viana, 1933: 53).

O major Magalhães Barata faz um balanço de todas as suas ações à frente do governo do estado, de 1930 a 1935, declarando que a revolução no Pará deixou marcas profundas. Ele cita Plínio Salgado, apontando que o “pontífice do integralismo Brasileiro”³⁹ estabelece um perfil do caráter do povo, com o qual este também concorda. Por esse perfil, o povo brasileiro é egoísta, pensa resolver seus problemas isoladamente e aventurosamente, tem uma submissão absoluta ao poder mais próximo e estabelece com ele uma relação utilitária. Além disso, no Brasil, o povo seria preguiçoso, comodista, incapaz de conceber ideias gerais, dotado de uma visão unilateral dos problemas, dado a sentimentalismos mórbidos, indisciplinado, de vida fútil, sem unidade de pensamento nacional, insincero e dissimulado. E ainda acrescenta que o brasileiro seria dado à “manobra de bastidores”, desconfiado, servil aos homens e não às ideias e descumpridor da palavra dada. O major Magalhães Barata apoia a solução apresentada por Plínio Salgado, segundo a qual era preciso haver a mobilização das forças intelectuais e morais da sociedade para a unidade do pensamento nacional. O major Magalhães Barata defende, então, que a formação do povo brasileiro não levou em consideração a construção de um pensamento nacional. Havia a necessidade de se construir uma unidade de pensamento e, por isso, em 1935 era necessário o prolongamento de uma ditadura, como estágio para elaboração de uma nova mentalidade brasileira.

Neste ponto da mensagem, o major Magalhães Barata começa a prestar contas dos seus atos na sua primeira interventoria no Pará. Princípiamente reafirmando que a revolução

deixou profundas marcas de sua passagem, a qual foi acompanhada pelo clamor de suas vítimas. Essas pessoas no primeiro momento pensavam que a revolução viria para satisfazer seus interesses pessoais, e que, para isso bastaria terem pegado em armas ou fingirem que o haviam feito. Em seguida, o major começa a construir a narrativa mostrando que nem todos os que pegaram em armas em 22, 24 ou 30 eram verdadeiros revolucionários. Alguns eram homens sem idealismo, sem desprendimentos e movidos por descontentamentos confusos e inconfessáveis. O major Magalhães Barata traça um perfil de seus adversários, que foram seus antigos aliados na revolução de 30, mas que em 35 não o estavam apoiando. É preciso descredenciá-los perante a opinião pública, o governo central e a história.

Na sua mensagem, o major Magalhães Barata reafirma que todos os problemas que a revolução de 30 prometeu enfrentar no Pará foram abordados. Apresenta o interior do estado repleto de escolas, postos médicos, vias de comunicações, além de falar sobre a reconstrução da estrada de ferro Belém-Bragança, as construções de rádios teleféricos, o controle dos preços, a criação do serviço de navegação, o coronelismo politiquero extinto e a advocacia administrativa reformulada. Barata defende um Estado forte, por ser necessário para aquele período da história do Brasil e por estar de acordo com o mundo moderno. O Estado que ele defende se faz necessário para uma época de transição. O major Magalhães Barata tem uma noção muito especial de como se faz justiça, contra a lei ou conforme a mesma. Ele argumenta: “as minhas injustiças foram feitas”⁴⁰ e diz que com isso não fez democracia teórica, mas democracia prática. O memorialista conceitua seu governo como: “o povo no governo”, que se define como conjunto de homens organizados em corporações administrativas públicas. Esse povo-governo zelou pelo povo-cidadão. Nesse ponto, o interventor projeta a forma como entende a organização da sociedade civil, pelas corporações que deveriam ter representação do Estado, e mais uma vez dialoga com o Oliveira Vianna. (Viana, 1933: 55).

Quando surge a primeira campanha eleitoral para a constituinte, ele, como revolucionário, viu-se no dever de organizar no seio dos constituintes os defensores da revolução, de seus princípios e diretrizes. Neste ponto da narrativa o interventor admite que fez política partidária e seguiu as orientações do clube 3 de outubro e da doutrina de Góes Monteiro (Pandolfi, 2007: 30), que planejava que os militares fizessem política fora dos quartéis, e que disputassem as eleições com candidaturas que defendessem o ideário da revolução de trinta. Admitiu que seus amigos o apontaram para governar o estado, executando uma governança constitucional. Diz que apesar das convicções ditatoriais, apesar das linhas quebradas dos programas governamentais da Revolução de 30 e da falta de pertinência dos rumos administrativos, ele aceitou o desafio. Esta não foi uma postura unificada dos tenentes, muitos romperam com o governo provisório e não fizeram campanha em 1934. A memória política do interventor pode ser analisada com a tentativa de construção de uma cultura política, que pressupõe uma dada leitura do passado feita por militares na história do Brasil. Assim, não significa que a Revolução de 30 foi lida por ele da mesma forma que os “tenentes”. Aliás, a historiadora Vavy Pacheco chama atenção para o fato de que o termo “tenentismo” foi um termo construído nos anos 30 pelos tenentes com objetivos políticos, para dar ao movimento da oficialidade dos anos vinte uma roupagem positiva, mais precisamente, para valorizar as ações do movimento executadas pelos tenentes em oposição aos governos da república oligárquica. Com isso, visavam construir uma interpretação do passado histórico brasileiro afim de legitimar suas ações nos anos 30. (Borges, 1992:78).

O major Magalhães Barata, em sua mensagem ao povo do Pará, exalta o fato de os constituintes de 1934 terem elevado ao posto de presidente da República o senhor Getúlio Vargas que, para ele, era um homem-providência, um varão que Deus apontou para dirigir o país em um momento internacional de fermentação de espírito, e que com serenidade soube conduzir o país, impedindo um futuro mais nebuloso. Nesse momento, novamente o major Magalhães Barata cita o nome de Luís Carlos Prestes e a sua influência nas classes armadas como um perigo para a estabilidade política do Brasil. Um perigo que Vargas soube enfrentar com atos do seu ministério do trabalho, com leis que, no seu entendimento, resolveram ou suavizaram extremismos radicais. Barata acreditava que Vargas, como um grande líder, poderia conduzir as massas e com seu carisma poderia vencer o poder das oligarquias e colocar ordem na sociedade brasileira, dada a falência da república liberal no Brasil. O major Magalhães Barata constrói o argumento de que as candidaturas dos interventores foi muito atacada pelas correntes antirrevolucionárias com a adesão de revolucionários descontentes.

O movimento de 1932, segundo o major, teria sido um motim ocorrido no Pará, de 6 a 7 de setembro de 1932, com adesão do movimento paulista, organizado por estudantes, elementos comunistas e pela guarda civil. Os apoiadores do movimento de 1932, no Pará, foram dominados em menos de doze horas, e foi organizada a sua defesa com auxílio de populares, operários e trabalhadores, segundo o major Barata. O interventor diz que colocaram contra ele os estudantes, a juventude do ginásio e a mocidade acadêmica. Magalhães Barata relata em suas memórias, que desde o tempo da “luta paulista” tentavam eliminá-lo pelo atentado pessoal. Declara que não alterou atitudes, não tomou vinganças. Deixou os inquéritos durante meses esquecidos na gaveta. No mesmo dia mandou pôr em liberdade todos os estudantes, só dois continuaram detidos, isso porque mesmo depois das prisões continuavam nocivos a ordens públicas⁴¹.

O major Magalhães Barata, nesse momento, está querendo parecer, aos olhos do governo federal, um homem que sabe conciliar, perdoar e que não persegue seus inimigos, mesmo aqueles que pegaram em armas para lhe depor de seu cargo. Quer lembrar também que sempre esteve a postos quando a revolução de trinta necessitou e que defendeu a mesma em 1932. Mas o major deixa de lembrar que foi no Pará que o movimento de 1932 teve luta armada, inclusive com a batalha naval de Itacoatiara, onde morreram mais de 40 pessoas. Como percebemos, o interventor seleciona o que narrar e como narrar e assim produz o silêncio sobre 1932 no Pará, e principalmente em Óbidos, municípios do estado dominados pelos revoltosos do movimento constitucionalista (Pinto, 2012: 106).

O major Magalhães Barata relembra que o ano de 1932, no Pará, foi cheio de lutas, agitações, mas que em todas elas o governo esteve a postos. O major citou a greve do comércio contra a taxa hospitalar, lembrou-se da presença dos comunistas nessa greve e afirmou que o governo foi sempre enérgico e tolerante. Só em 22 de outubro de 1934 seus adversários teriam marcado a campanha eleitoral com uma explosão de ódio partidário, abatendo em pleno dia uma das principais lideranças. Fuzilaram “um pobre chefe de família, homem digno e leal, José Avelino da Silva”⁴², em um estabelecimento comercial, depois de desavenças entre partidários do partido liberal e da Frente Única Paraense. Avelino foi assassinado no interior da confeitaria Central quando estava lutando com Agostinho Monteiro, líder da Frente Única Paraense. Não se sabe até hoje quem foi o autor do disparo. Segundo a memória do interventor, houve uma reação popular contra um dos principais responsáveis pelo assassinato, que para ele era a Folha do Norte: “Um grupo de amigos do morto fez tiroteios ao jornal na madrugada do dia 23, que foi repellido pela própria Folha”⁴³.

Ao organizar sua narrativa, o interventor teve a liberdade de criar, de selecionar, de omitir, de expandir. Não se pode esperar que ele admitisse, naquele momento, algum envolvimento com o ataque à Folha do Norte, ou a qualquer ação armada ocorrida no processo eleitoral de Abril de 1935. Sabemos que, ao organizar as suas memórias, elas foram datadas e elaboradas dois dias depois dos acontecimentos de abril de 1935 e visavam apresentar uma interpretação dos fatos e solicitar apoio político.

Mesmo produzindo um documento profundamente parcial, sua narrativa é um documento importante quando analisada junto a os outros documentos relacionados ao mesmo processo. Entender a seleção do que narrar, do que omitir, do que afirmar é importante para entender os conflitos presentes na narrativa. Há uma ponte entre o que foi vivido e o momento presente da narrativa, nota-se um diálogo feito entre a narrativa e o momento histórico da sua produção. O interventor mentiu, omitiu e apresentou uma narrativa passível de ser aceita pelas circunstâncias em que elas foram produzidas. O lugar da lacuna, da omissão, do esquecimento, que o memorialista produz indica também os sentidos de sua narrativa. Nessa operação crítica de controle da lembrança para a construção das memórias dos anos trinta no Pará, a narrativa do interventor é um documento extraído diretamente “do presente”, dos dias de confronto de abril de 1935, naquele estado e, portanto, configura-se como um relato cujo principal atributo é uma autenticidade de origem. A memória do interventor Magalhães Barata faz parte de uma cultura política, que permeava setores da sociedade brasileira e paraense, a qual defendia um projeto de um estado menos federalista e mais centralizador, que desprezava os partidos e criticava a Constituinte de 1934.

Ao construir sua memória, o interventor Magalhães posiciona-se sobre o debate político de sua época. Os relatos dos acontecimentos deixam transparecer a fragilidade do sistema partidário, do sistema judiciário, da própria democracia brasileira. Várias críticas à constituinte de 34 e às oligarquias locais – que já estavam presentes em abril de 1935, no Pará – foram usadas como argumentos para o golpe de 1937. Nesse sentido, a narrativa do interventor expressa posições vinculadas a ideias totalitárias e apresenta o diálogo estabelecido com pensadores da época.

Não é só o interventor que produz suas memórias sobre abril de 1935. No dia 10 de abril, Abel Chermont publica um manifesto com o nome “Aos paraenses e aos meus correligionários do Partido Liberal”⁴⁴, no qual disse que sua consciência estava tranquila, pois não era nem traidor e nem covarde. Para ele, traidor era quem traía e ele já havia sido traído, e tinha se precavido contra apunhaladas nas costas. Abel Chermont não se considerava traidor e, sim, uma vítima do major Barata que queria substituí-lo na presidência do PL (Partido Liberal) e transformar o partido em uma facção doméstica, ou seja, controlada pelos parentes do interventor. Para ele, o major Barata era capaz de fazer essa traição, pois havia mandado sequestrar pessoas pacíficas e laboriosas no bairro da Pedreira (Rocque, 1999: 56). Abel Chermont considerava o major Barata um criminoso capaz de planejar crimes monstruosos e o acusa de querer acabar com o Partido Liberal ao criar os centros de concentrações Magalhães Barata. Acusa também o major Magalhães Barata de espezinhar todos os seus amigos do passado, alijando-os do seu convívio, insultando-os em praças públicas, chamando-os de ladrões e bandidos. Chermont considerava-se a salvação, enquanto Magalhães Barata seria o exterminador do Partido Liberal. Para ele, o Partido Liberal representava a Revolução de Outubro no Pará, e não só o major Barata. Ele estava defendendo o Pará, impedindo de transformá-lo em

uma propriedade e fazia isso com a aprovação de meia dúzia de pessoas. Acusa também o centro Magalhães Barata de implantar o terror e a desordem na sociedade paraense (Rocque, 1999: 363).

144

No comunicado de Abel Chermont, nós podemos perceber que uma das questões cruciais era quem controlaria o Partido Liberal, que no momento passava a ter uma força política na conjuntura local. Abel sentia-se ameaçado e percebia que, mesmo sendo um dos revolucionários de 30 no Pará, não contava com a simpatia do então interventor. Chermont não via futuro político para ele e seu irmão no PL, caso este fosse controlado pelo interventor.

Abel Chermont não se colocou contra a Revolução de 30 e seus ideais e acusou o interventor de tentar construir um poder local pessoal e violento. Ele também “jogou” como um revolucionário de trinta: as disputas sangrentas que travou com o interventor foram em nome do PL, visto por ele como o símbolo da Revolução de 30 no Pará.

No dia 12 de abril, o novo interventor Carneiro Mendonça toma posse. No dia 16 de abril, Magalhães Barata publicou no jornal “Diário do Pará” uma nota intitulada “Minha Atitude”, na qual diz que considerou a intervenção no estado do Pará injusta, precipitada e ilegal. Expressa que não entrou em um entendimento para a escolha de um novo governador para o estado, e que, em seu ponto de vista, ele havia sido legalmente eleito e empossado na função de governador do estado do Pará. Além disso, afirma que a Revolução de 1930 prometeu respeitar o voto do povo, e que a população paraense, em 14 de outubro de 1935, elegeu-o governador do Pará.

No dia 22 de abril, Vargas contacta Barata a fim de responder um telegrama do interventor. O então presidente afirmava que Barata gozava da sua confiança e apreço e reconhecia os seus serviços valiosos e sua dedicação aos interesses públicos (Peixoto, 1995: 56). Afirmava também que compreendia a situação de Barata, mas ponderava que a decisão criara de fato e direito, uma situação nova e ele teria que agir de acordo com a situação dela decorrente. No dia 28 de abril, a assembleia constituinte se reuniu e elegeu o governador e dois senadores. Os 16 deputados dissidentes tiveram o *habeas corpus* concedido pela justiça eleitoral. Os deputados dissidentes continuavam no quartel federal e saíram de lá em automóveis dirigindo-se ao palácio da prefeitura. Nenhum deputado do Partido Liberal, fora os dissidentes, compareceu à seção, presidida por Ernestino Sousa Filho, na ausência de Ápio Medrado, o presidente eleito anteriormente. Foram eleitos Abel Chermont e Abelardo Condurú para o senado e José da Gama Malcher, um terceiro nome proposto pelo presidente Vargas, para o governo.

Vimos, por meio da narrativa do interventor Magalhães Barata, a tentativa de divulgar normas e valores que deveriam ser apreendidos pela sociedade como próprios de uma identidade nacional que os revolucionários queriam fixar. Há uma leitura que valoriza o passado e que compõe uma cultura histórica, caracterizada por Le Goff (Le Goff, 1990: 56) como a relação que uma sociedade mantém com seu passado. O major Barata entendia como seu passado a experiência coletiva dos vencedores de 1930, e para ele os tenentes tinham como missão tornar essa leitura comum para toda sociedade brasileira. Só assim poderemos entender suas posturas diante dos desafios do governo provisório. A leitura que ele tinha do passado justificaria o presente e o lugar destinado aos vencedores de 1930, os tenentes. Essa vitória valorizava-os nos anos 30, ou seja, legitimava-os a governar.

Usamos o conceito de cultura política porque este nos permite explicar o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando os seus próprios pontos de

vista, percepções, vivências e sensibilidades. Neste sentido, o major Barata expressou “um sistema de representações, complexo e heterogêneo” (Gomes, 2007: 87).

145

O major Barata, na verdade, planejou sua permanência no poder e não queria a constituinte de 1934 por ela impedir sua continuidade como governador do estado, na medida em que esta vetava a reeleição. Barata pensou e projetou sua permanência no poder quando inaugurou um modo diferenciado de governar, caracterizado por suas visitas constantemente ao interior, pela concessão de audiência pública para o povo de Belém, por estabelecer o rebaixamento dos aluguéis, por expropriar os terrenos dos Lobos e dos Guimarães, e pela criação dos clubes de resistência e das concentrações populares. Por último, na conjuntura de 1934 e 1935, ele percebeu que era necessário controlar o PL, dada a nova conjuntura que recolocava os partidos como instituições importantes no jogo político. Os antigos aliados não aceitaram este novo pacto proposto pelo interventor e romperam com ele.

Sabemos que a constituição de uma cultura política demanda tempo e não exclui a dinâmica no seu interior. Há, portanto, outras culturas resistentes em disputa. Parece-nos que as divergências que ocorreram no Pará em 35 refletiam ainda as resistências que estavam se apresentando no interior do bloco dirigente em relação às propostas para o futuro do país. Exemplo disso é o rompimento com o padre Leandro com Barata, por defender a não reeleição dos interventores na constituinte de 1934. Outros rompimentos foram com Abelardo Conduru, por não ter declarado apoio à sua candidatura ao governo, e com Abel e Mario Chermont, por não aceitarem as concentrações Magalhães Barata que, levadas para dentro do PL, tirariam o controle do partido e colocariam no centro do controle político as próprias concentrações.

Havia os embates de várias culturas políticas, uma delas era o pensamento liberal e resistências à implantação de um estado concentrador e não federativo, proposta esta que perdeu na constituinte de 1934 e que, naquele momento, enfrentava as práticas políticas violentas de Barata, com mobilização da massa para garantir a permanência de um tenente no comando do governo no estado. Houve, portanto, uma diversidade de culturas políticas que se contrapuseram, colidiram, dentro de uma mesma conjuntura específica, e dentro de um bloco político vencedor em 1930.

No momento em que faz seu balanço, o major Barata tenta fazer uma leitura do passado, leitura esta que divide os “revolucionários de 1930” e os “traidores do ideal de trinta”. Tal visão legitima o grupo que fez a revolução de trinta, identificando-a com as ideias dos tenentes e remonta um passado histórico, heroico, que identifica os inimigos com as velhas oligarquias e os antigos aliados como traidores. Na verdade, o processo de construção de uma cultura política durante o Estado Novo teve uma germinação durante os anos 1930 a 1935. Podemos dizer que havia a construção de uma cultura política expressa por meio dos comportamentos políticos de atores sociais, individuais e coletivos, que expressavam seus pontos de vista nos embates eleitorais, dos anos de 1934 e 1935. Em abril de 1935, no Pará, o que estava em jogo eram projetos diferenciados para o país. Um grupo de civis que havia participado do movimento de 1930 rompeu com o interventor por não aceitarem um novo pacto político que os amarrava às vontades políticas deste. O grupo também rejeitava a pretensão do major de controlar todos os espaços de representação política do estado, bem como a sua intenção de constituir políticas por dentro dos espaços de representações, tendo como um dos critérios suas relações de parentesco.

O rompimento é uma dilaceração do bloco de 1930 no Pará. Houve competição, rota de colisão e, posteriormente, consolidou-se uma cultura política dominante com o Estado Novo, que vem solidificar várias concepções políticas expostas pelo interventor. Para complementar esta cultura política era necessário realizar uma leitura do passado, na qual os revolucionários de 1930, os tenentes, eram sujeitos que promoviam a transformação. Criou-se, neste discurso, um passado heroico, que colocava em pontos díspares outros sujeitos como as oligarquias, os partidos políticos, o liberalismo e a constituinte de 1934, estabelecendo uma leitura do passado que divide em períodos a história da república no Brasil, entre a República Velha e o Estado Novo. Essas leituras constroem o enredo da narrativa elaborada por Magalhães Barata em suas memórias.. E ele define, então, uma história que dialoga com uma cultura política que veio a se consolidar como uma cultura histórica do Estado Novo. Para essa consolidação, o governo Getúlio Vargas pós-1937 programa novas leituras da História do Brasil, através dos organismos construídos com este objetivo e estabelece novas relações com a intelectualidade da época. O que queremos ressaltar é que boa parte destas leituras, principalmente em relação à Primeira República, ao papel dos militares e à Revolução de 1930 já eram feitas antes do Estado Novo, como provam as memórias do interventor Barata.

146

(Recebido para publicação em abril de 2013)

(Reapresentado em outubro de 2013)

(Aprovado para publicação em dezembro de 2013)

Cite este artigo

FONTES, E. J. O. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935).

Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131 – 151, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. O major Magalhães Barata voltará à interventoria do Pará em 1942 e ficará até 1945. Sua volta deve-se ao esforço da guerra na Amazônia.
2. Sobre este fato ver FERREIRA, Marieta; PINTO, Sumara. *A crise dos anos 1920 e a revolução de 30*. In: Ferreira, Jorge (org.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
3. Eurico Valle era o governador do Pará em 1930. Seu governo derrotou o movimento no estado. Ele desarticulou as ações planejadas por Barata, mandou prendê-lo e deportá-lo para o Rio de Janeiro. Em Janeiro de 1931, Eurico Vale foi preso e teve seus bens sequestrados.
4. Os tenentes foram hegemônicos para indicação das interventórias, mas eram sete os interventores. Ver Pandolfi, Dulce. *Os anos 30: as*

incertezas do regime. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida. O Brasil republicano, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 147

5. João Paulo de Albuquerque Maranhão, um dos maiores jornalista do Pará. Combateu a oligarquia Antônio Lemos, intendente por 15 anos de Belém e o governador Augusto Montenegro. Aliado histórico de Lauro Sodré, teve seu jornal fechado várias vezes, sofreu atentados a seu jornal, foi alvo de tiroteios feitos por partidários de Antônio Lemos e de Magalhães Barata e foi impedido de voltar ao Pará em vários momentos durante o governo do interventor Magalhães Barata.

6. Os deputados do PL dissidentes eram: Ernestino Souza Filho, Djalma Machado, Aristides Reis e Silva, João Ferreira Sá, Franco Martyres, Alberto Barreiros e Raimundo Camarão.

7. Advogado e presidente do partido Liberal. Participou de o movimento militar de 1930 no Pará e presidiu os inquéritos militares envolvendo sargentos e tenentes em 1932 no Pará. Pertencia a uma família oligárquica do Pará.

8. Aberlado Condurú era advogado, participou do movimento de 1930 no Pará e da interventoria de Magalhães Barata assumindo o cargo de secretário da prefeitura, rompe com Barata em 1934, por não concordar com a sua reeleição a governo do estado. Ver: SIMÕES, Denise. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro, 1979.

9. Irmão do interventor, um dos criadores das concentrações Magalhães Barata e primeiro suplente federal na bancada eleita em 1934.

10. A eleição de 1934 no Pará foi uma das mais violentas, assim como os seus desdobramentos. O deputado eleito pelo PL, Genaro Ponte de Carvalho, foi raptado e dias depois aparece com sua cabeça raspada como pressão para sua renúncia.

11. A eleição foi feita com votação em lista, credenciada pelos partidos, mas os eleitores podiam riscar e formar outras listas ou trocar as posições dos nomes nas cédulas. O nome de Mario Barata e Júlio Costa foram riscados e inscritos nos últimos lugares da chapa do PL. Barata soube que foi uma ação feita por Abel Chermont.

12. Para compor a lista para as eleições, os critérios eram: ser revolucionário de trinta, moço e bom orador. Estes foram os critérios do Partido Liberal.

13. Deputado Estadual pelo PL em 1934, homem de confiança de Abel Chermont.

14. As concentrações políticas Magalhães Barata foram criadas por Aníbal Duarte, genro de Barata. Eram forças auxiliares do interventor. Ele abriu filiais em toda Belém e em março de 35 tinha uma guarda de 300 jovens para defesa pessoal do interventor.

15. Membro do Partido Liberal e homem de confiança do governador Magalhães Barata, eleito senador na sessão da assembleia estadual e posteriormente anulada, em Abril de 1935.

16. Deputado estadual eleito em 1934 pelo PL e homem de confiança do interventor Magalhães Barata. 148
17. *Diário de Getúlio Vargas*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, Siciliano, 1995, p. 374.
18. Ver PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral (Apres); SOARES, Leda (Edição). *Getúlio Vargas: Diários*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 376.
19. Muitos lembravam o rapto do deputado federal Genaro Ponte de Carvalho, as tentativas de assalto à Folha do Norte e o assassinato do candidato a deputado estadual Avelino Silva. Havia um histórico de violência que justificava o temor.
21. O interventor contava com grande apoio popular, entre outras coisas, pela política de reforma urbana que tinha desenvolvido logo quando assumiu a interventoria. O major titulou e distribuiu terrenos em vários bairros de Belém, depois de ter desapropriado os terrenos de famílias tradicionais, portuguesas, que mantinham há décadas as propriedades e cobravam uma espécie de aluguel pelo uso e ocupação dos terrenos por muitas famílias pobres da cidade. Outras ações de Barata foram: decretar a baixa dos aluguéis em 30%, conceder audiência pública para os pobres, distribuir cestas básicas e uniformes escolares.
22. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará. O Diário do Pará era o órgão oficial do governo estadual que o interventor Magalhães Barata usou como seu jornal para se dirigir à população do estado.
23. Trabalhamos com o conceito de que a memória é construída, seletiva, produzida em um tempo diferente. Ver POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, (pp.200-212) e *Memória, Esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, (pp. 3-15).
24. Estamos usando o conceito de cultura política tomado de Ângela Castro Gomes, especialmente em seu texto *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: Soihet, Raquel, Gontijo, Rebeca. *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
25. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.
26. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.
27. Segundo Marília Forjaz, Nelson Werneck Sodré (1964), Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme e Edgar Carone.
28. As memórias do interventor fazem parte das ideologias que mobilizaram multidões e que fizeram surgir “Estados Novos”, nome dado às ditaduras da Espanha, Portugal e do Brasil, ao mesmo tempo em que dialoga com as ideias de Benito Mussolini.
29. Concentrações constituídas como força auxiliar política ativa do Partido Liberal. Eram constituídos de núcleos ou sessões de 40 eleitores e em pouco tempo reuniram um número considerável de sócios. Entre os 300 nomes, alguns foram treinados como guardas pessoais do interventor.

30. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará. 149

31. Usamos o conceito de poder tomado de Michel Foucault como uma estratégia, analisando a existência do micro poder que constituía uma rede, ou seja, o poder concebido como uma relação. Ver Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes, 1977. Idem, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1990.

32. Pandolfi, Dulce. *Os anos 30: as incertezas do regime*. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida. *O Brasil republicano*, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

33. Ver Ferreira, Marieta. *A crise dos anos 20 e os anos trinta*. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6833?Show=full>

34. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

35. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

36. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

37. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

38. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

39. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

40. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

41. Sobre 1932, no Pará, ler o livro Pinto, Walter. *1932: a Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas: contexto, revolta e produção do silêncio*. Belém: Editora Paka-tatu: 2012. O autor faz uma nova abordagem e questiona o silêncio produzido sobre o movimento de 32 no Pará.

42. O major Magalhães Barata refere-se ao assassinato do candidato a deputado estadual, líder marítimo e participante da Revolução de 30 no Pará, quando escondeu as armas dos revoltosos nos barcos.

43. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

44. 06 de Abril 1935, jornal Diário do Pará.

Bibliografia

BASTOS, Élide. *Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil (um debate sobre a formação do povo)*. In: MORAES, J. E BASTOS, Élide. (Orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

BARATA, Magalhães. *Mensagem apresentada à assembleia constituinte do estado pelo exmo. sr. Major Magalhães Barata, interventor federal do Estado do Pará*, Jornal Diário do Pará. Pará. P. 1-2. 06 de Abril de 1935.

BELLO, José. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BORGES, Vavy. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARVALHO, José. *Forças armadas na Primeira República: o poder*

desestabilizador. In: Fausto, Boris. (dir.) O Brasil Republicano, vol.2, 150
Sociedade e instituições (1989-1930). São Paulo: Difel. (Coleção
História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: O que trouxe de novo?* IN:
DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.) O Brasil
Republica: O tempo do nacional-estatismo. 2. Ed. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2007. p 13- 37.

COELHO, Edmundo. *A instituição militar no Brasil. Boletim Informativo e
Bibliográfico de Ciências Sociais.* Órgão da associação Nacional de pós-
graduação e pesquisa em ciências sociais, Rio de Janeiro, n.19.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção
política dos oficiais (1922-1935).* Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.224.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e história.* São Paulo:
Brasiliense.

_____. *História do Brasil.* São Paulo: USP, 2002.

FORJAZ, Maria. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias
urbanas na crise da primeira república.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GOMES, Ângela Castro Gomes. *Cultura política e cultura histórica no
Estado Novo.* In: Soihet, Raquel, Gontijo, Rebeca. *Culturas políticas e
leituras do passado: historiografia e ensino de história.* Rio de Janeiro:
Civilização brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* São Paulo: Unicamp, 1990.

LEMOS, Renata. *A revolução constitucionalista de 1932.* In: SILVA, Raul
Mendes: CACHAPUZ, Paulo Brand; LAMARÃO, Sérgio. (org.). *Getúlio
Vargas e seu tempo.* Rio de Janeiro: BNDES, s/d, p.169.

PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime.* In: DELGADO,
Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.) O Brasil Republica:
O tempo do nacional-estatismo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2007.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral (Apres); SOARES, Leda (Edição).
Getúlio Vargas: Diários. São Paulo: Siciliano, 1995.

PRESTES, Anita. *A coluna Prestes.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo:
Paz e Terra, 1999.

PINTO, Walter. *1932: a Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas:
contexto, revolta e produção do silêncio.* Belém: Editora Paka-tatu, 2012.

ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político.* Belém:
SECULT, 1999.

ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará.* Belém:
Mitograph Editora, 1981.

- ROSA, Virgínio Marques Santa. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmit, 1933. 151
- SIMÕES, Denise. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro, 1979.
- SILVA, Hélio. *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.
- SILVA, Ricardo. *Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna*. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p.238-269.
- SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Org.). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p 147- 160.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1964.
- POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp.200-212.
- _____. *Memória, Esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. *O ocaso Do Império*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1925.
- _____. *Evolução do povo no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1933.
- _____. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.